

CAPA



O "Trump brasileiro", segundo jornais estrangeiros, prega "fuzilar a petralhada"

Justiça?

COM DECISÕES A RESPEITO DE LULA, SALÁRIO TOGADO E TERCEIRIZAÇÃO, O JUDICIÁRIO MAIS CARO E EXIBIDO DO PLANETA NÃO PARA DE SABOTAR A CONFIANÇA EM SI, NO BRASIL E NO MUNDO

por ANDRÉ BARROCAL

Dia 25 de setembro, Michel Temer abrirá pela terceira e última vez a Assembleia Geral anual das Nações Unidas. Se, desde o *impeachment* mandrake que o levou ao poder, o Brasil é visto com certa estranheza pelo mundo, imagine

o desconforto reservado ao presidente em Nova York. O Museu Nacional arde em chamas, e bem às vésperas do Dia da Independência, motivo de comisseração pública do presidente da França, Emmanuel Macron. Jair Bolsonaro, o "Trump brasileiro" segundo alguns veículos estrangeiros, candidato forte graças ao *impeachment* e ao desastre do governo Temer, surge de metralhadora a

pregar "fuzilar a petralhada". Lula, o líder da "petralhada" e nas pesquisas, um dos mandatários mais populares do planeta em seu tempo, responsável por fazer do Brasil a sede inédita de Olimpíada e Copa do Mundo, está preso. E não poderá concorrer a presidente de novo devido a um processo judicial tido como suspeito por muitas vezes no exterior, entre elas, o Comitê de Direitos Humanos da ONU.



O dia 25 de setembro não está destinado a figurar entre as boas lembranças de Temer

Os advogados lulistas insistem em fazer o Brasil seguir o pronunciamento do Comitê favorável à candidatura do ex-presidente, apesar de ela ter sido barrada no Tribunal Superior Eleitoral. Na terça-feira 4, recorreram ao Supremo Tribunal Federal, e o processo foi parar com o juiz Edson Fachin. Este foi o único a votar pró-Lula no julgamento do TSE que terminou em 6 a 1 contra a chapa do petista. Um voto insuspeito, já que Fachin comanda com linha-dura os processos da Operação Lava Jato, negou *habeas corpus* a Lula. Para ele, o País tinha obrigação de seguir a posição do Comitê, ou seja, não impedir o petista de disputar eleições enquanto a situação judicial dele no caso do triplex do Guarujá não estiver resolvida – ainda faltam duas instâncias julgadoras, o STJ e o STF. O recurso nas mãos de Fachin é promessa de confusão. Há um segundo recurso lulista no Supremo, destinado especificamente a derrubar a decisão da Justiça Eleitoral, e este não poderá ficar com a relatoria de Fachin, pois o juiz participou do julgamento no TSE. O que vai acontecer agora? Uma confusão sem desfecho até a conclusão desta reportagem, na quarta-feira 5.

O que Lula e seus advogados realmente querem com a batalha jurídica é um

OS RECURSOS IMPETRADOS PELOS ADVOGADOS DE LULA BUSCAM UM TRIUNFO SIMBÓLICO



Recorrer a Fachin é promessa de confusão

trunfo simbólico. Manchar a biografia de tribunais e juízes que tenham deixado suas digitais na condenação penal e no alijamento eleitoral do petista. “Eu sei como vou passar para a História. Eu não sei como eles vão passar, se como juízes ou como algozes”, diz Lula na propaganda televisiva do PT levada ao ar no sábado 1º, horas depois de o TSE barrar a candidatura. Na segunda-feira 3, Sarah Cleveland, vice-presidente do Comitê da ONU, comentou que “a ação do Brasil é muito lamentável”. Para ela, se o País discorda do Comitê, deveria ter recorrido ao próprio, em vez de dizer, como fizeram um juiz do STF, Alexandre de Moraes, ex-tucano, e o chanceler Aloysio Nunes Ferreira, tuca no da ativa, que os tribunais locais não eram obrigados a ouvir o órgão.

São dias pouco gloriosos para a Justiça mais exibida do mundo, caso pioneiro, seguido depois pelo México, e só, de Judiciário dono de canal de tevê transmissor ao vivo das sessões da mais alta corte. Mais exibida e mais cara. No ano passado, segundo a nova versão de um relatório anual do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o Judiciário consumiu 1,4% do PIB. Nenhuma outra

CAPA

nação tem despesa parecida, conforme uma pesquisa de 2015 feita por um professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Quem vem em seguida no *ranking* gasta cerca de 0,3%, Alemanha e Venezuela. E não é que haja togados ou funcionários demais na Justiça daqui. A Alemanha tem 24 magistrados para cada 100 mil pessoas, o Brasil, 8. A explicação é salário. Cada um dos 18 mil juízes embolsou 48,5 mil mensais em verba pública em 2017, segundo o CNJ, valor suficiente para botá-los no 1% mais rico. E o contracheque vai engordar, após os togados do STF decidirem, e Temer topa, reajustar seus salários para 39 mil reais, 16% a mais, a partir do ano que vem. Falta o Congresso aprovar.

Aliás, o Ministério Público Federal brasileiro também é o mais caro do planeta, por razão igual, salário. Custa cerca de 0,3% do PIB ao ano, na Alemanha, 0,02%. E está em guerra interna por grana. No orçamento de 2019 proposto pelo governo ao Congresso em 31 de agosto, aquela mesma proposta que tem um buraco de 15 bilhões de reais no Bolsa Família, a parte que cabe ao MPF foi definida, como é costume, pela chefia geral do órgão, Raquel Dodge. Esta, segundo a chefia de três subdivisões internas, as procuradorias do Trabalho, Militar e do Distrito Federal, foi gulosa. Privilegiou seus comandados diretos em prejuízo das subdivisões. O trio que se sente prejudicado acionou Raquel no Conselho Nacional do Ministério Público para forçá-la a mudar o orçamento. O conselheiro Demerval Farias Gomes Filho concordou, a “xerife” recorreu ao STF com um mandado de segurança e obteve uma liminar contra a decisão do Conselho, que, a propósito, Raquel preside.

O clima no MP está tenso. Seu ramo trabalhista, por exemplo, tende a en-



Enquanto Gilmar fala como político, Sarah Cleveland comenta: “A ação do Brasil é muito lamentável”

fraquecer justamente num momento em que poderá ser mais demandado pela população agora que a reforma da CLT está em vigor e o vale-tudo da terceirização recebeu sinal verde do STF. Um vale-tudo comandado pelo relator da ação proposta em 2014 por fazendeiros contra uma decisão de 2011 do Tribunal Superior do Trabalho que restringia a terceirização. O relator? Luís Roberto Barroso, carrasco de Lula na Justiça Eleitoral. “A Justiça trabalhista faz distribuição de renda, é a única que olha para os invisíveis do País. O Supremo, o Barroso e o Gilmar estão acabando conosco”, diz um juiz do TST. “O que se observa no contexto global é uma ênfase na flexibilização das normas trabalhistas. É temerário ficar alheio a esse inevitável movimento de globalização do fenômeno produtivo, que faz com que empresas tenham etapas de sua produção espalhadas por todo o mundo”, afirmou Gilmar Mendes durante o julgamento. Estranho. Argumentação típica de Parlamento, não de tribunal.

Na véspera do julgamento da terceirização, Mendes comentara publicamente que o “assanhamento” da mídia e de setores do Judiciário contribuiu para a “vitimização” de Lula, para fazer dele “um mártir”. Mais: o fato de o ex-presidente liderar as pesquisas mesmo dentro da cadeia significava que o povo dá uma “banana para a Lei da Ficha Limpa”. “Conversei com o pessoal da comissão da OEA, a visão deles é de que no exterior colou a ideia de que ele é um perseguido político”, afirmou, em referência à missão da Organização dos Estados Americanos que passou por Brasília no fim de agosto para preparar o trabalho de observadora da eleição de outubro, observação inédita no Brasil. À frente de uma política externa fracassada em convencer o mundo de que o *impeachment* não foi golpe, que as instituições por aqui funcionam normalmente, apesar da contestada prisão do petista e da aberração Jair Bolsonaro, o chanceler Aloysio Nunes Ferreira anda uma fera com as manifestações de líderes mundiais pró-Lula. Em uma entrevista ao *Valor* na segunda-feira 3, disse que Lula virou “uma espécie de mito do bom selvagem”, “uma espécie de mártir, de Nelson Mandela”.

“Não estou aqui para proferir um juízo sobre a Justiça brasileira, mas

VALTER CAMPANATO/ABR, COLUMBIA LAW/REPRODUÇÃO E EVARISTO SA/AFR

nenhum Poder neste mundo poderá impedir-me de continuar confiando em um homem com quem cooperei por muitos anos”, afirmou no dia 31, data do julgamento da chapa de Lula no TSE, um alemão que acabara de visitar o petista na cadeia. Era Martin Schulz, de 62 anos, presidente do Parlamento Europeu de 2012 a 2016. No ano passado, ele disputou o cargo de primeiro-ministro contra Angela Merkel na condição de líder do Partido Social-Democrata, sigla do homólogo de Nunes Ferreira em seu país, Haiko Maas. Schulz declarou em Curitiba que não tinha condições de cravar se Lula teve julgamento justo, “mas os procedimentos, até onde posso julgar, levantam mais perguntas do que respostas”. E completou: “O Comitê de Direitos Humanos da ONU também chegou a essa conclusão e fez uma clara avaliação de que Lula está sendo privado de seus direitos políticos pela jurisprudência local. Se um órgão global das Nações Unidas, num caso de eleições presidenciais, chega a essa conclusão após intenso escrutínio dos documentos do processo, penso que o governo brasileiro tem de levar isso a sério”.

Relator dos pedidos de impugnação da chapa de Lula no TSE, Barroso não levou o Comitê a sério, apesar de ter escrito no passado um livro em que defendia que a ética universal dos Direitos Humanos deve influenciar o Direito dos países. Ele forçou a barra para apressar uma decisão e impedir o PT de levar ao ar, a partir de 1º de setembro, uma propaganda televisiva com Lula candidato. Jogou em parceria com Raquel Dodge e contra a presidente do TSE, Rosa Weber, que achava que certos prazos deveriam ser respeitados. Dias depois, Barroso ouviu gritos de “golpista” e “Lula livre” ao chegar a um evento no Leblon, no Rio. E ainda viu o PT apelar à ambiguidade para misturar Lula com Haddad na tevê, algo que minimizou os efeitos da decisão do TSE.

Não se pode dizer, porém, que sua postura no caso Lula tenha surpreendido.



Apresentamos um dos “algozes”

“O SUPREMO, BARROSO, GILMAR, ESTÃO ACABANDO CONOSCO”, DIZ UM JUIZ DO TST



A senhora Dodge privilegia seus comandados diretos em prejuízo das subdivisões

Barroso é linha-dura com políticos, tornou-se uma espécie de líder ideológico da Operação Lava Jato, de um “tenentismo togado”, nas palavras de um colega de Uerj. E cultiva essa imagem mundo afora. Em abril, disse em Harvard, onde foi professor visitante em 2011: “Procuro ser o melhor juiz que eu consigo ser, que é um juiz que faz uma interpretação constitucional retilínea e não desvia quando chega em A, não desvia quando chega T e não desvia quando chega em L”. Letras alusivas a Aécio Neves, do PSDB, ao presidente Temer e a Lula. Com um mar de desconfianças globais sobre o caso Lula, poderá ocupar tribunas internacionais com a mesma naturalidade? Ou será vaiado como no Leblon?

Em julho, o papel político da Justiça foi criticado acidamente por um professor de Direito da USP, Conrado Hubner Mendes, em um debate com Barroso na Festa Literária Internacional do Livro de Paraty, a Flip. Segundo quem estava por ali, Barroso tinha uma claque para festejá-lo, mas Hubner não se intimidou. Os juízes do Supremo, afirmou, têm sido muito “individualistas” nas decisões, a corte “boicota a esfera pública”, virou uma “bagunça argumentativa”, “se recusa a ser autocrítico e transparente com seus erros”. Barroso pregou que, desde o fim da Segunda Guerra Mundial, o Judiciário tem ocupado o vácuo de uma crescentemente desprestigiada política partidária, e isso é bom. No início de agosto, ele foi dos um dos 7 votos do STF a favor do autoaumento salarial. No dia seguinte, comentou ter votado assim para que “o Congresso possa deliberar sobre essa matéria”, pois “em uma democracia quem tem de tomar as decisões sobre os gastos públicos é o Congresso”. Ué? Ele não defende que o Judiciário ocupe o vácuo da política, do Congresso?

Há pistas de que a politização não tem feito bem à imagem da Justiça. Em

CAPA

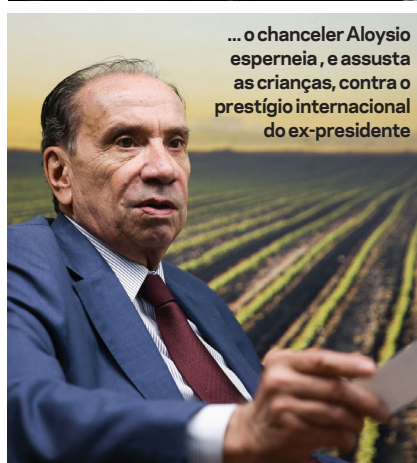
junho, 31% dos brasileiros não confiavam no Judiciário, um ano antes eram 25%, conforme o Datafolha. No caso do STF, a falta de confiança era de 29% em 2012, estava em 35% em abril deste ano e chegou a 38%. Este último salto se deveu provavelmente à prisão de Lula, ordenada pelo STF em abril. No ano passado, uma pesquisa periódica da Escola de Direito da FGV-SP, o Índice de Confiança na Justiça, identificara que só 24% confiavam na Justiça, 10 pontos percentuais a menos do que em 2013. O motivo da queda, considerada significativa pelos pesquisadores da FGV? Exposição midiática.

A passagem de Cármen Lúcia pelo comando do Supremo, o símbolo máximo da Justiça, talvez seja o melhor retrato do Judiciário. Entre colegas de toga, advogados, funcionários do STF e até assessores dela, é difícil ouvir algo elogioso sobre a sua gestão, iniciada em setembro de 2016 e prestes a acabar. No geral, a mineira de 64 anos é apontada como alguém sem expressão e liderança, de baixa capacidade técnica na área penal, a do momento, pouco dada ao diálogo e à, digamos, sinceridade. Há queixas quanto à disposição dela para investigar a vida pessoal de subordinados nas redes sociais (um deles diz ter sido alvo), de seu medo da Rede Globo (seu gabinete estava sempre aberto à gente da emissora), seu gosto por frases de efeito (contratou como assessor um frasista da web). O CNJ, espaço propício à reflexão sobre os rumos do Judiciário e sempre comandado pelo chefe do STF, sumiu de cena.

Se, no início de sua gestão, Carminha tentou uma aliança interna com Gilmar Mendes, o juiz de longos tentáculos que entrava no gabinete dela sem bater na porta, hoje o amaldiçoa. Vê nele a origem de fofocas maldosas contra ela a correr por Brasília. Posou de durona no trato com políticos, depois passou a receber



Enquanto Martin Schulz diz confiar em Lula...



... o chanceler Aloysio esperneia, e assusta as crianças, contra o prestígio internacional do ex-presidente

em casa, de sábado e fora da agenda, o duplamente denunciado ao Supremo Michel Temer, expôs com entusiasmo e publicamente sua admiração pelo impopular mandatário. Deixou os colegas de STF expostos à vigilância externa, ao entregar a chefia da segurança da corte a uma delegada da Polícia Federal, Regina Alencar Machado da Silva. Até então, o cargo era ocupado por seguranças próprios do STF, agora a PF conhece a rotina dos juízes e tem acesso a seus telefones. Informações valiosas para policiais

O MINISTRO BARROSO OUVIU GRITOS DE "GOLPISTA" E "LULA LIVRE" AO CHEGAR A UM EVENTO NO RIO

federais que, às vezes, batem de frente com tribunais.

E Dias Toffoli, que assume a presidência do STF dia 13? Entre os mesmos que criticam Carminha, aposta-se ser impossível uma gestão pior do que a dela. No STF desde 2009, o juiz de Marília (SP) trabalhou no governo (Lula) e no Congresso (com o PT), tem mais traquejo administrativo, sabe da importância de conversar com colegas, com os outros poderes da República. Nos últimos tempos, tornou-se parceiro de Gilmar Mendes. No mundo jurídico brasileiro, há quem julgue haver pistas de que Toffoli vai mexer em um vespeiro, como certas mordomias togadas, férias de 60 dias, penduricalhos salariais. No fim de agosto, ele foi a Temer acertar que, se o presidente sancionasse o aumento salarial de 16% do STF, em troca a corte acabaria com o tal auxílio-moradia. Levou para a reunião o colega Luiz Fux, que será seu vice-presidente e é o autor da liminar que há quatro anos universalizou a regalia no País.

Também há prognósticos de que Toffoli vai ressuscitar o CNJ e botá-lo para debater coisas como encarceramento massivo (políticas estaduais de prender pessoas a rodo, que levaram, por exemplo, ao fortalecimento do PCC em São Paulo), audiências de custódia (decisões sumárias e imediatas de juízes diante da detenção de suspeitos) e qual quantidade, afinal, caracteriza tráfico de drogas. As várias estocadas quanto a abusos da Lava Jato

JUCA VARELLA E MARCELO CAMARGO/ABR